

THOMAS E. SKIDMORE

Preto no branco

*Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro
(1870-1930)*

Tradução

Donaldson M. Garschagen

Prefácio

Lília Moritz Schwarcz



Copyright © 1993 by Duke University Press

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought

Capa

Victor Burton

Fotos de capa

A partida para a roça. Litografia a partir da fotografia de Victor Frond, Acervo G. Ermakoff
Retrato de Manuel Rosa. Fotógrafo não identificado, 1889, Société de Géographie, Paris
Crioulo fugido (...), Cartaz de Laemmert, 1854, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional
— Brasil

Pesquisa iconográfica

Vladimir Sacchetta

Preparação

Osvaldo Tagliavini Filho

Cronologia e índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Carmen T. S. da Costa

Huendel Viana

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Skidmore, Thomas E.

Preto no branco : raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930) / Thomas E. Skidmore ; tradução Donaldson M. Garschagen ; prefácio Lília Moritz Schwarcz. — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

Título original: Black into White : Race and Nationality in Brazilian Thought.

ISBN 978-85-359-2057-4

1. Brasil — Relações raciais I. Schwarcz, Lília Moritz. II. Título.

12-00844

CDD-305.800981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Relações raciais : Sociologia

305.800981

[2012]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Prefácio	9
Introdução à edição de 1993	17
Introdução	29
Agradecimentos	33
1. O contexto intelectual da Abolição no Brasil	37
O Brasil em 1865.....	37
A ascensão de um espírito reformista	42
O abolicionismo	49
O pensamento europeu e dilemas deterministas	66
A agonia de um pretense nacionalista: Sílvio Romero.....	73
2. As realidades raciais e o pensamento racial depois da Abolição	80
Natureza e origem da sociedade multirracial brasileira.....	80
Variantes das teorias racistas provenientes do exterior	91
A teoria racista no Brasil	98
“Branqueamento”, a solução brasileira	110
Comparações com os Estados Unidos	117

3. Política, literatura e o sentimento de nacionalidade	
no Brasil antes de 1910	128
As realidades políticas de uma República jovem	129
Críticas políticas à jovem República	136
A literatura, os intelectuais e a questão da nacionalidade ...	139
Reação à inadequação.....	152
4. A imagem nacional e a busca de imigrantes	185
“Vender” o Brasil na época do Império	186
A promoção da imagem brasileira, 1890-1914	190
A política imigratória, 1887-1914.....	200
5. O novo nacionalismo	210
O período entre 1910 e 1920	212
O Brasil e a eclosão da guerra europeia.....	215
Defesa nacional: o despertar do nacionalismo	219
A mobilização e o novo nacionalismo	226
A guerra como estímulo ao nacionalismo	240
6. O ideal do branqueamento depois do racismo científico....	244
Os anos 1920: crise política e fermentação literária	245
O resgate do caboclo.....	251
A herança africana	259
A política de imigração	268
O ideal do branqueamento	277
A reação do Brasil ao nazismo: uma digressão	283
Branqueamento: um ideal racial anacrônico?	285
Nota sobre fontes e metodologia	299
Notas.....	306
Cronologia das obras citadas	371
Bibliografia	375
Crédito das imagens.....	381
Índice remissivo	383

1. O contexto intelectual da Abolição no Brasil

O BRASIL EM 1865

Em 1865 o Brasil constituía uma anomalia política nas Américas: um Império com uma monarquia hereditária. Enquanto os hispano-americanos haviam lutado para apagar todos os traços da administração espanhola, os brasileiros marcharam para a independência sob a bandeira real de um Bragança, combatendo o restante da realeza portuguesa. O Brasil distinguia-se também como uma anomalia social e econômica: uma economia essencialmente agrícola que continuava a tolerar a escravidão, apesar do fim do tráfico negreiro em 1850. Tanto as tradicionais lavouras de cana-de-açúcar no Norte quanto os novos cafezais no Sul, em rápida expansão, eram alimentados pelo trabalho escravo.

O Brasil era um país católico em 1865, ainda que, em comparação com a Nova Espanha, faltasse à Igreja brasileira tanto riqueza quanto pessoal para atuar como uma instituição poderosa e independente.¹ A Constituição de 1824 havia reorganizado a

Igreja católica, dando-lhe foros de religião oficial. Os cemitérios eram de propriedade da Igreja, que os administrava; a educação primária e a secundária foram entregues à Igreja; não existia casamento civil nem divórcio; quem não fosse católico não podia ser eleito para o Parlamento nacional; e os não católicos, embora tivessem permissão de realizar cultos, não podiam dar a seu local de reunião o aspecto de um templo. A mesma Constituição, porém, pôs grande parte das finanças da Igreja sob o controle imperial. Além dessa débil base de poder, a Igreja brasileira, no século XIX, havia herdado uma tradição menos militante que a da aguerrida Igreja espanhola. A reputação de corrupção pessoal do clero brasileiro refletia um ânimo semelhante. Em vista disso, embora clérigos participassem da vida política, sobretudo no Primeiro Reinado, a Igreja brasileira, como tal, não era um centro de pensamento vigoroso no tocante a questões sociais e políticas.

A base da filosofia e da teoria política que prevaleceram no Império até 1865 foi um curioso amálgama de ideias importadas da França² — o chamado ecletismo, que, como o nome indica, era pouco mais que uma síntese das ideias filosóficas e religiosas que predominavam na França.³ Sua própria indeterminação fazia dele o complemento ideal para a fraca tradição religiosa, e essa corrente era abraçada pelos principais pensadores oitocentistas no Brasil, país que de modo nenhum podia ser considerado um centro de pensamento filosófico.⁴ Como explicou Antônio Paim:

Sinônimo de simples justaposição de ideias, desprovido de princípios norteadores, [o ecletismo] perde, no Brasil, toda e qualquer conotação negativa e é adotado, quase universalmente, com a denominação de “esclarecido”, qualificativo que visa, sem dúvida, a enobrecê-lo. Mais que isso, a própria vitória da conciliação no plano político, durante o Segundo Reinado, é atribuída ao estado de espírito que se identificava com o ecletismo.⁵

O clima político era dominado pela “conciliação partidária”. Em 1860 havia dois partidos políticos, o Liberal e o Conservador,⁶ que disputavam as cadeiras parlamentares de acordo com o modelo da Câmara dos Comuns britânica — até o estilo dos debates com frequência lembrava o inglês. Os liberais tinham surgido como um partido que defendia os interesses brasileiros contra os portugueses. Os conservadores eram, de início, os defensores do absolutismo, o que alguns deles interpretavam como defender os interesses de Portugal, mesmo quando os portugueses, mais tarde, se opuseram à independência. Na década de 1840, contudo, os traços originais desses partidos tinham se tornado indistintos. O regionalismo e o republicanismo haviam dividido os políticos segundo novas linhas, e no início da década de 1860 os dois partidos pareciam muito semelhantes (embora os liberais viessem a mudar em breve). Chegara-se a um equilíbrio entre, de um lado, as poderosas oligarquias agrárias das províncias mais importantes (Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro) e, de outro, o imperador. Até mesmo os políticos mostravam-se, muitas vezes, bastante francos com relação à ausência de divergências ideológicas entre eles.

Esse sistema político parecia estável até que as tensões causadas pela Guerra do Paraguai (1865-70) fizeram com que d. Pedro II impusesse sua autoridade sobre a maioria parlamentar, o que provocou uma torrente de críticas contra toda a estrutura monárquica. Em certo sentido, os críticos liberais da Coroa tinham razão. Por mais esclarecido que d. Pedro II possa ter sido, ele se situava no ápice de uma sociedade hierárquica baseada na escravidão. Era sob a autoridade do imperador e de seus ministros que a polícia e o Exército caçavam escravos fugidos e os devolviam aos senhores, às vezes para serem torturados ou mutilados. Essa estrutura autoritária, ainda que atenuada na prática, estendia-se ao sistema familiar, no qual o chefe de família desfrutava de um poder sobre as mulheres e as crianças que podia raiar ao sadismo.⁷

Era também verdade que o Império era mais centralizado que o aceitável para regiões de crescimento dinâmico, como a província de São Paulo, cujos líderes desejavam mais autonomia para explorar seus próprios recursos e mostrar sua capacidade em áreas como educação e desenvolvimento econômico. A questão da supercentralização também proporcionava uma conveniente saída para “excluídos” políticos que não tinham conseguido se eleger ou não queriam colaborar com as oligarquias políticas de suas províncias. Por exemplo, o papel do favorecimento palaciano era enorme na composição do Senado, uma vez que o imperador tinha a prerrogativa de designar o vencedor final de uma breve lista de três postulantes à senadoria. Além disso, o monarca exercia um efetivo poder de veto sobre as nomeações para cargos administrativos até o nível provincial, o que aumentava ainda mais a necessidade que tinham os políticos locais de conquistar apoio pessoal na Corte. Assim sendo, poder-se-ia alegar, com certa razão, que a monarquia unitária estava asfixiando a iniciativa privada e distorcendo a formação da opinião local.

Não obstante essas queixas, a autoridade política instituída e a pertinência de sua justificativa teórica eram tão débeis em 1870 quanto a religião oficial. Em ambos os casos, o objeto de crítica era mais vulnerável do que os críticos poderiam acreditar. Longe de ser o tirano pintado pelos panfletários republicanos, d. Pedro II era mais liberal e tolerante quanto a questões sociais do que a maior parte da velha elite política, embora resistisse às iniciativas liberais no sentido de reduzir o Poder Moderador.⁸ Seu poder verdadeiro fora justificado por juristas constitucionais pragmáticos e pelos filósofos ecléticos.⁹ Isso, porém, não evitou que ele se tornasse um conveniente bode expiatório para os críticos liberais, porque era mais fácil atacar a pessoa do imperador — mais visível — que a tradição do pensamento político amorfo que esfumara as linhas divisórias entres partidos e deixara a geração mais jovem

sem uma justificativa clara para a anomalia que era uma monarquia agrária, católica e escravista.

A tradição intelectual e literária paralela que dominava o Brasil em meados do século merecia amplamente o título de “romântica”.¹⁰ Originara-se de um pequeno número de escritores surgidos no fim do século XVIII. Suas ideias e seu trabalho eram profundamente influenciados pelo que acontecia na Europa, como se podia ver no culto à natureza tão característico do romantismo europeu. Quando o Brasil se tornou independente de Portugal em 1822, esses escritores acreditaram que, ao glorificar as belezas naturais *brasileiras*, estavam articulando uma consciência nacional independente. Vazadas em hipérboles exuberantes, suas invocações românticas de brasilidade serviam como um manto literário para as campanhas antilusitanas dos políticos.

Nos anos que se seguiram à Independência do Brasil, o indianismo tornou-se uma moda social e intelectual entre os membros da elite. Nomes próprios portugueses foram deixados de lado em favor de nomes indígenas. Aspirantes à alta sociedade tentavam até provar que tinham sangue índio nobre. Embora quase não existissem dicionários de tupi, a língua indígena mais falada, e ainda que as línguas indígenas obscuras da bacia Amazônica e do planalto interior (Mato Grosso) não fossem estudadas, chegou-se a propor seriamente que o tupi se tornasse a nova língua oficial do país, substituindo o português. O próprio Gonçalves Dias, o primeiro grande popularizador da poesia indianista, organizou um dicionário de tupi, publicado em 1857.

Com a maioria do romantismo literário, o índio tornou-se um símbolo das aspirações nacionais.¹¹ Foi transformado num protótipo literário, com pouca conexão com seu papel real na história brasileira. Tal como o índio de James Fenimore Cooper, o do romantismo brasileiro era um símbolo sentimental que não oferecia nenhuma ameaça ao sono tranquilo de seus leitores. O

paralelo com Cooper fica mais claro ainda nos romances de José de Alencar.¹² O negro em geral figurava na literatura romântica como o “escravo heroico”, o “escravo sofredor” ou a “bela mulata”. O homem negro livre, que existia em todos os níveis da sociedade brasileira, era ostensivamente ignorado pelos escritores românticos.¹³ Dificilmente poderia ser maior o contraste com as tentativas angustiadas de escritores posteriores — Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Graça Aranha — para fazer frente à realidade étnica do Brasil.

Assim, pois, era o Brasil em 1865. Como sintetizou o historiador da literatura Antonio Candido, tratava-se de um tradicionalismo jesuítico sustentado por uma economia agrária e uma ideologia “romântica”.¹⁴ Suas raízes mais distantes eram o clericalismo e o agrarianismo de Portugal. No fim do século XVIII e começo do século XIX, essa tradição, apoiada numa Igreja fraca, fora bastante modificada pelo Iluminismo, que insuflou uma dose de liberalismo político na cultura tradicional, produzindo assim o híbrido brasileiro de uma monarquia liberal.

A ASCENSÃO DE UM ESPÍRITO REFORMISTA

A causa mais imediata de uma mudança no ânimo nacional foi a Guerra do Paraguai (1865-70), que estimulou uma boa parte da elite brasileira a reexaminar sua nação. Até o imperador a chamou de “um bom choque elétrico”. A guerra se arrastava e, por fim, o Brasil precisou da ajuda da Argentina e do Uruguai para derrotar o Paraguai — uma nação muito menor e mais pobre —, e os efeitos desse prolongado conflito sobre o Império brasileiro foram extensos. A inépcia do Brasil na mobilização inicial para a guerra obrigou muitos civis a despertarem para o atraso nacional no tocante a serviços modernos em áreas básicas como a educação

e os transportes.¹⁵ Também embaraçou os militares, despertando nos oficiais uma consciência que fez com que se tornassem, depois da guerra, um poderoso grupo de pressão. Ademais, quando o imperador recusou uma oferta paraguaia para negociar a paz em 1868, ele alienou permanentemente uma importante facção política (em face da impopularidade geral da guerra no Brasil) e precipitou a fundação do Partido Republicano em 1870. Por fim, a guerra pôs em evidência a carência, no Brasil, de homens livres fisicamente aptos. A falta de voluntários aceitáveis para o Exército obrigou ao recrutamento de escravos, muitos dos quais se mostraram bons soldados. Como retribuição, ganharam a liberdade e muitos sentaram praça.¹⁶ Isso, por sua vez, teve um importante efeito secundário, porque em 1887-8 o Exército foi incumbido de caçar escravos fugidos. O resultado foi uma contradição, pois os oficiais do Exército tinham visto o bom desempenho dos ex-escravos quando alforriados. Essa anomalia, aliada a dúvidas crescentes quanto à escravidão em princípio, tornou os oficiais do Exército mais receptivos a ideias abolicionistas e republicanas depois da guerra.

Todas essas mudanças, acarretadas pela longa guerra na bacia do Prata, foram reforçadas pela penetração de ideias vindas do exterior. Brasil, Porto Rico e Cuba eram os únicos territórios escravagistas nas Américas depois que os Estados Unidos aboliram a escravidão em 1865. Nesse ínterim, o liberalismo político e econômico avançava de triunfo em triunfo na França e na Inglaterra.¹⁷

A mudança atingia também a estrutura social e econômica. A urbanização começava a produzir um grupo social não diretamente vinculado ao setor agrário. Embora as diferenças de classe produzidas pela urbanização ainda fossem mínimas no fim do Império, e conquanto os laços econômicos, políticos e familiares entre a cidade e a fazenda continuassem muito próximos, havia um clima de mudanças. Na década de 1870, muitos rapazes se dispuse-

ram a desafiar a ordem política e cultural. Alguns foram logo absorvidos pelo sistema, mas outros mantiveram a postura crítica. Vários desses jovens provinham das fazendas dos pais; outros vinham diretamente de ambientes urbanos. Na década de 1880, foram apanhados pela maré convergente de abolicionismo, anticlericalismo e republicanismo.

Acontecimentos políticos foram os prenúncios mais óbvios de mudança. Em 1868, d. Pedro II exonerou o primeiro-ministro Zacarias de Góis e Vasconcelos, do Partido Liberal. O motivo foi uma discórdia sobre a condução da Guerra do Paraguai. O imperador convidou então os conservadores, que eram minoritários no Parlamento, para formar o novo governo. Estes mostraram-se dispostos a colaborar, e imediatamente convocaram uma nova eleição, da qual saíram com maioria — eleição esta conduzida com um nível de fraude excessivo até para os frouxos padrões eleitorais da época. A ala radical do Partido Liberal, já muito sensível ao que diziam ser a conduta “tirânica” do imperador, reagiu com uma cisão e fundou, no mesmo ano, o novo Partido Radical (o manifesto do partido saiu em 1869), dedicado a reformas políticas extremistas que incluiriam controles rigorosos sobre os poderes da Coroa. Dois anos depois (1870), outro grupo de dissidentes deu um passo adiante, fundando o Partido Republicano.

Embora nenhum dos dois grupos incluísse mais que uma pequena minoria da elite política (com os republicanos concentrados em São Paulo), esses partidos realmente representavam um rompimento com a cultura política conciliadora em que se baseava a monarquia, e pareciam constituir um desafio direto — formulado na linguagem do secularismo democrático — a toda a estrutura de hierarquia e privilégios herdada da era colonial.¹⁸

Esses tremores políticos foram acompanhados de novas comissões intelectuais.¹⁹ A partir de 1868, formou-se no Recife um grupo de estudantes ambiciosos que mostravam pouco respeito

pelas tradições.²⁰ Reconheciam como líder Tobias Barreto, que se formara pela Faculdade de Direito em 1869.²¹ Durante os dez anos seguintes, o Recife foi o centro de um pequeno núcleo de intelectuais jovens e seguros de si. Tobias Barreto, que assumira um posto de professor no interior de Pernambuco, viajava regularmente à cidade. Manteve-se como líder dos estudantes e dos jovens já diplomados, divulgando as ideias da filosofia materialista alemã, que estudava avidamente. Sílvio Romero, um jovem polemista de Sergipe que fizera o curso secundário no Rio, era outro integrante influente e ativo desse grupo (que viria a ser chamado de “Escola do Recife”). Outros membros — todos ganhariam destaque na vida intelectual brasileira — eram Franklin Távora, romancista; Araripe Júnior, crítico literário; e Inglês de Sousa, outro romancista (que se transferiu para a Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se formou).

Esses jovens estudavam intensamente o positivismo, o evolucionismo e o materialismo. Liam Comte, Darwin e Haeckel, além de Taine e Renan. Nos primeiros anos, o fascínio do romantismo continuou intacto, mas, no começo da década de 1870, Sílvio Romero e Tobias Barreto lançaram uma campanha feroz contra o indianismo e o ecletismo.²² A Escola do Recife entrou em nova fase em 1882, quando Tobias Barreto finalmente obteve uma cátedra na Faculdade de Direito, a qual ocupou até sua morte, em 1889. Nesse cargo prestigiado, exerceu forte influência sobre mais uma geração de estudantes — entre os quais estavam Artur Orlando, Clóvis Beviláqua, Graça Aranha, Fausto Cardoso e Sousa Bandeira. Na década de 1880, os defensores do pensamento tradicional ou até de um catolicismo militante atualizado estavam numa situação de grave inferioridade numérica no Recife.

Embora o Recife mantivesse sua posição como um dos primeiros e mais influentes centros da nova mentalidade crítica, a efervescência intelectual logo repontou em outros lugares. A pro-

víncia do Ceará tornou-se mais um centro de renovação intelectual no Nordeste. Em 1874, alguns moços que tinham estudado no Recife começaram seu próprio movimento em Fortaleza, capital da província. Seus líderes eram Rocha Lima, Capistrano de Abreu (que mais tarde alcançaria fama como o primeiro historiador moderno do Brasil) e Araripe Júnior, o crítico literário.²³

Todavia, esse novo espírito crítico não se restringia, de modo algum, ao Nordeste, como integrantes da Escola do Recife mais tarde alegariam com frequência. No resto do Brasil, a ruptura com as ideias tradicionais estava associada à propagação do positivismo.²⁴ A primeira Sociedade Positivista foi fundada no Rio de Janeiro em 1876. No ano seguinte, Miguel Lemos e Teixeira Mendes viajaram a Paris, onde o envolvimento de ambos passou da simpatia filosófica para o engajamento religioso. Em 1881, fundaram o Apostolado Positivista, que declarou lealdade à facção de positivistas europeus liderada por Pierre Lafitte.

O positivismo fez rápidos progressos entre os jovens cadetes da Academia Militar no Rio de Janeiro, onde a doutrina foi propagada pelo oficial-professor Benjamim Constant (Botelho de Magalhães).²⁵ Impulso semelhante davam-lhe também outros professores, como Antônio Carlos de Oliveira Guimarães, lente de matemática do Colégio Pedro II, a escola secundária de maior prestígio no Rio. Benjamim Constant e Oliveira Guimarães foram membros fundadores da Sociedade Positivista, criada em 1876. Porém, em contraste com o Apostolado Positivista, adotavam a posição doutrinária de E. Littré, rival de Lafitte na liderança do movimento positivista na Europa.²⁶

Para entender a influência do positivismo no Brasil, é preciso lembrar que ele atraía seguidores com graus muito variados de engajamento.²⁷ Num dos extremos estavam os positivistas religiosos ortodoxos, organizados numa igreja formal em 1881 (o Apostolado Positivista),²⁸ que acabaram se tornando tão rígidos que

foram expulsos da igreja matriz em Paris. No outro extremo estavam brasileiros que liam Comte ou, no mais das vezes, divulgadores do filósofo, e viam com simpatia sua interpretação geral da importância da ciência e do declínio da religião, sem aceitar, entretanto, suas teorias esquemáticas da inevitabilidade histórica e suas fórmulas minuciosas de engenharia social. Entre esses extremos estavam os positivistas “heterodoxos”, como Luís Pereira Barreto, que aceitavam as teorias históricas de Comte mas rejeitavam a religião fundada em seu nome e institucionalizada no Rio de Janeiro. Coube a Pereira Barreto, médico de São Paulo, publicar em 1874 o primeiro tratado brasileiro escrito segundo uma postura positivista sistemática.²⁹

O positivismo mostrou-se influente no Brasil por aparecer no momento em que a mentalidade tradicional achava-se mais vulnerável. O espírito crítico dos jovens estava pronto para uma rejeição sistemática do catolicismo, do romantismo e do ecletismo associados à monarquia agrária. Na década de 1890, Clóvis Beviláqua, produto da Escola do Recife, explicou como o positivismo havia cumprido uma função especial:

Anteriormente, a filosofia brasileira, representada pelos Mont’Alverne, Eduardo França, Patrício Muniz etc., andava muito arreidia dos progressos consumados no Velho Mundo, e, para levantá-la desse abatimento, nos parece, nenhum sistema melhor do que o positivismo; porque só ele podia opor uma organização firme e acabada à organização católica que se dissolvia.³⁰

Ademais, o positivismo vinha da França, país cuja cultura gozava de enorme prestígio entre os brasileiros letrados. Era lógico, embora irônico, que os rebeldes intelectuais lançassem mão de Comte a fim de atacar a imitação servil de Victor Hugo pela geração mais velha.